

Opinião e espaço público na França e no Brasil: um estudo comparativo

Dievani Lopes Vital
Mestre em História pela
Universidade Federal de
Juiz de Fora.

Resumo: Este artigo visa comparar a expansão do espaço público na França de fins do Setecentos com aquela ocorrida em finais do Império no Brasil. Decorrente de uma pesquisa mais ampla, que investiga a apropriação e a ressignificação do ideário francês iluminista e revolucionário sobre as ideias e práticas políticas da chamada “Geração 1870” brasileira, a temática proposta leva em consideração a importância do desenvolvimento da imprensa periódica e a expansão das formas de sociabilidade intelectuais na França e no Brasil nos períodos mencionados. Para este segundo caso, são tomadas as considerações elaboradas pelo teórico Jürgen Habermas, para o qual a opinião pública moderna e o “espaço público político” nasceram da proliferação dos impressos e das formas de sociabilidade do século XVIII. Os conceitos operatórios de “opinião pública” e de “sociabilidade” tornam-se assim basilares na análise dos contextos daquelas sociedades, que experimentavam profundas transformações em suas estruturas políticas, quais sejam elas: a derrocada do *Ancien Régime* na França e a desestruturação do sistema político-imperial no Brasil.

Palavras-chaves: Esfera pública; opinião pública; homens de letras.

Opinion and public space in France and Brazil: a comparative study

Abstract: This paper analyze the expansion public space in France in the late 18th century and in Brazil in the end of Brazilian Empire. The proposed thematic is part of the more broad research that examine the appropriation of the illuminist and revolutionary franc thought about the 1870 Brazilians intellectual’s production, about theirs politics practices. Its takes into consideration the importance of the de periodic press development and the expansion forms intellectual sociability in both countries in the mentioned periods. In this second case, this paper takes into the ideas elaborates by Jürgen Habermas for which the public opinion and the “politic public space” appeared

of the materials printed and the sociability forms in the 18th century. The concepts of “public opinion” and “sociability” are used in order to analyze those societies in contexts that in which both were experienced great changes in our politics structure: the Old Regime franc crises and the Brazilian Empire crises.

Keywords: Public sphere; public opinion; men of letters.

Qual a contribuição da esfera pública nos processos de transformação das estruturas sociais e políticas das sociedades? É em torno desse questionamento que este artigo desenvolve um conjunto de reflexões acerca do conceito de opinião, estritamente articulado com a ideia de esfera pública, noção esta proposta pelo o filósofo alemão Jürgen Habermas. Como bem salienta Roger Chartier, a obra clássica de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública* “[...] nos oferece um guia inicial de como a noção de opinião pública foi construída no século XVIII” (CHARTIER, 1990, p. 49). No coração do Setecentos, surgiu uma “esfera pública política” que ele [Habermas] também a denominou de esfera pública no campo político ou “esfera pública burguesa” (CHARTIER, 1990, p. 49). No próprio dizer do filósofo alemão

A esfera pública burguesa¹ pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera

¹ Em sua obra intitulada *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, Maria de Mello afirma ter se valido sobremaneira da tese de Habermas (1986) sobre a construção da esfera pública. Ela defende que, se por um lado, se observa um grupo lutando pela publicização do debate na crise da Monarquia brasileira, por outro, é difícil entendê-lo constituindo uma ordem, contratual, burguesa e capitalista. Desse modo, a autora ressalta que usa com reserva os princípios de Habermas, dando preferência à expressão ‘espaço público’, de sentido mais restrito, em vez de esfera pública (MELLO, 2007, p. 19). Por sua vez, o sociólogo Felipe C. Silva faz a distinção entre as noções de “espaço público” e “esfera pública”, originadas do mesmo termo em alemão, Öffentlichkeit. Na primeira noção, “o ideal normativo de uma discussão racional, dialógica e face a face é a substância teórica”. Já a de “espaço público” designa uma realidade sociológica em que os meios de comunicação social (os médias) se apresentam enquanto elemento estruturante e constitutivo (SILVA, 2001, p. 136). Atendo a essas ressalvas, neste artigo faço uso do termo “esfera pública” mais para a análise do caso francês, e me baseando não só em Mello (2007), mas também em Alonso (2002), uso o termo “espaço público” para tratar do caso brasileiro, visto que, como mostra Felipe Silva, essa diferenciação só é levada em consideração para fins de rigor conceitual (SILVA, 2001, p. 136). Além disso, o próprio Habermas afirma que a esfera pública literária não era essencialmente burguesa, uma vez que preservava uma continuidade com a representatividade pública da Corte (HABERMAS, 2003, p. 44).

fundamentalmente privada. [...]. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública (HABERMAS, 2003, p. 42, grifo meu).

Vários princípios organizacionais regem a esfera pública política, que derivava diretamente da esfera pública literária, que por sua vez “[...] estava baseada nos salões e cafés e numa literatura de periódicos” (CHARTIER, 1990, p. 50). Também estavam incluídos nesse conjunto os clubes, as lojas maçônicas. Esta esfera pública literária não era essencialmente burguesa, pois preservava uma continuidade com a representatividade pública da Corte (HABERMAS, 2003, p. 44).

Como casos exemplificativos do fenômeno estudado por Habermas, este artigo toma em uma abordagem comparativa a expansão do espaço público na França do século XVIII, mormente nas décadas finais, em relação com aquela verificada em fins do Império no Brasil. Apesar da distância espaço-temporal, pretendo demonstrar como nessas duas realidades ocorreu a politização da sociabilidade intelectual, ou seja, como se deu o processo de “refuncionalização” da esfera (espaço) pública literária chegando à sua eficácia política, no desenrolar da crise do Antigo Regime na França e do processo de desestruturação do sistema político-imperial brasileiro.

Antes de tudo, ressalto alguns fatores que possibilitam um estudo comparado envolvendo tanto os autores do Baixo Iluminismo quanto os membros da “Geração 1870” brasileira,² tomados aqui como casos exemplificativos dentro do processo de expansão da esfera pública e, conseqüentemente, do processo de formação da opinião pública mobilizada por letrados. Assim sendo, a marginalidade³ dos seus membros

² Deixamos claro para o leitor que conhecemos as implicações e restrições presentes no uso do conceito de “geração” para definir a elite intelectual que surge nos anos 1870 no Brasil, em oposição à ordem conservadora do Império e ao conjunto de reformas incompletas levadas a cabo pelo Gabinete Conservador do Visconde do Rio Branco (1870-75). Mantivemos o uso desse conceito em aspas ao longo desse artigo devido ao uso corrente do termo “Geração 70” na literatura e na historiografia. Sabemos que muitos membros do movimento político-intelectual brasileiro divergiam de seus pares quanto à faixa etária, posição social que ocupavam, ao estrato social e até mesmo à região geográfica do Império da qual eram provenientes. A heterogeneidade era um elemento inerente ao fenômeno brasileiro, isso é o que nos mostra a leitura biográfica de homens tais como Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Lauro Sodré, Joaquim Nabuco, Silva Jardim. Os citados são aqueles homens de letras que foram investigados mais a fundo no trabalho do qual faz parte esse artigo.

³ Neste ponto vale a pena ressaltar que, em relação à marginalização política e intelectual compartilhada pelos sublitteratos do Baixo Iluminismo na França setecentista, os letrados brasileiros da década de 1870 estavam numa situação de *outsiders* (de fora), apenas em relação às instituições centrais de poder político do Império, dominada pelos políticos conservadores, pois “[...] tinham acesso aos recursos sociais para adquirir visibilidade, organizar associações, escrever em jornais, publicar livros” (ALONSO, 2002, p.

frente ao quadro social e político de suas respectivas épocas e em seus respectivos países constitui o primeiro fator. Os homens de letras de ambos os movimentos políticos-intelectuais, na perspectiva de ascender verticalmente na escala social, encontravam um obstáculo típico do Antigo Regime: o privilégio. No caso brasileiro, isto pode explicar o porquê dos letrados a partir de 1870 associarem a Monarquia constitucional ao Antigo Regime. Outro caso muito peculiar diz respeito à adoção do credo republicano de tipo jacobino por parte desses letrados de 1870 (PAMPLONA, 2003, p. 119-121).

Outro aspecto que aproxima esses dois movimentos está no fato de seus representantes terem usado a literatura filosófica como instrumento na busca por alterar o *status quo*. Assim como o Iluminismo havia contribuído para a irrupção revolucionária na França em 1789, aos letrados brasileiros de 1870 também auxiliaria em 1889, exatos cem anos depois, nas comemorações do Centenário da “Grande Revolução”, na queda do regime imperial brasileiro.

Em ambos os contextos mencionados é possível observar o envolvimento dos letrados marginalizados, no caso francês, e *outsiders*, no caso brasileiro, com os espaços de sociabilidade não institucionalizados, os quais serão detalhados na sequência, e, conseqüentemente, com o processo de formação e de mobilização da opinião pública, no bojo daquelas transformações políticas que marcaram indelevelmente a trajetória daquelas sociedades.

O caso francês

No que diz respeito à França, os letrados marginalizados aos quais me refiro são os subliteratos do Baixo Iluminismo, denominação esta utilizada por Robert Darnton (1987) para definir os escritores iluministas alijados dos centros de expressão artística e intelectual da França. Essa “boemia literária” era composta por grupos de provincianos

332). Isso porque viviam num regime constitucional, que sob a influência dos movimentos liberais e constitucionalistas da passagem do século XVIII para o XIX, adotara como princípio a liberdade de expressão no quarto parágrafo do 179º artigo da sua Carta outorgada em 1824 (NOGUEIRA, 2001, p. 103). Advertimos que o uso dos termos “marginais” e “marginalidade” não são adequados para se referir à situação dos letrados brasileiros, que a partir dos anos de 1870, passaram a contestar a ordem conservadora edificada pelos Saquaremas desde a década de 1840, ansiando por reformas da ordem e a ocupação de postos na burocracia do Estado brasileiro. Por isso, indicamos o termo inglês *outsiders*. Acerca desse conceito, ver: ELIAS, Nobert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro; Tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süsskind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

nascidos entre os anos de 1720 e 1730 que haviam invadido Paris nas últimas décadas do século XVIII (1770-1780) em busca de prestígio e de ascensão social através das letras, num período no qual era crescente o prestígio social que a profissão de escritor ganhava na França (DARNTON, 1987, p. 27-32).

Esses provincianos vinham de encontro ao ideal da igualitária *República das Letras* defendida pelos grandes filósofos do Alto Iluminismo, representado nas figuras de Voltaire, Montesquieu, Condorcet, Rousseau, Diderot, Mably, só para citar alguns nomes. Estes eram seus predecessores. Entre aqueles escritores da baixa literatura estavam Brissot, Carra, Desmoulins, Louvet, Prudhomme, Hebert, Marat, entre muitos outros. Muitos deles exerciam a atividade de jornalistas. Outros, para além desse ofício também eram advogados, como é o caso de Robespierre. O fato a ressaltar é que os homens de letras da França daquele período estavam profundamente envolvidos com o empreendimento jornalístico e com as demais instituições do espaço público literário, que forneciam a sociabilidade intelectual típica do século XVIII, como os clubes, os cafés, os salões, as sociedades, as lojas (CHARTIER, 1990, p. 235).

Segundo Darnton, a organização corporativa e arcaica da cultura francesa, caracterizada pelo privilégio, empurrava esses jovens para a miséria, restando a eles viver da literatura clandestina dos *libelles*, através da qual difamavam com um escandaloso sensacionalismo sexual a Corte, a Igreja e a aristocracia francesas. Mostravam a incapacidade desta aristocracia em gerir a Igreja e o Exército, além de mostrá-la como grupo social degenerado moral e fisicamente. É dessas obras do “proletariado” literário que brotou o ódio contra os aristocratas literários do Alto Iluminismo que haviam elidido a igualitária *República das Letras*. É nesse submundo intelectual que os subliteratos iluministas se tornaram revolucionários. Ali nasceu o ímpeto jacobino de elidir a aristocracia intelectual do pensamento (DARNTON, 1987, p. 31).

A eclosão da Revolução com a Tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789 levou ao estabelecimento na França das instituições que até então faltavam para o público politizado, o que surpreendentemente havia tardado mais de um século para ocorrer na Inglaterra. Com a Revolução, a institucionalização da esfera pública política veio acompanhada de sua regulamentação jurídica. Dessa forma, de codificações da Constituição estabelecida pela Revolução, as funções políticas da esfera pública passaram a palavras de ordem, se espalhando pelo continente (HABERMAS, 2003, p. 89).

Acompanhando um movimento que vinha desde o último terço do século, os clubes políticos surgiram por toda a parte. A imprensa política então formada tornou-se diária. A leitura e a discussão dos seus jornais nos cafés se transformaram em parte central da vida política revolucionária (POPKIN, 1996, p. 198). Formalizando a função dos cafés, os clubes constituíram os espaços de atuação dos subliteratos iluministas (DARNTON, 1987, p. 34). A maçonaria já havia alcançado o número de 50 mil lojas às vésperas da Revolução.

O nascimento da opinião pública ocorreu na metade do século XVIII. É o que indica Baker (1990) ao afirmar que a cultura política dentro da qual o discurso revolucionário foi criado emergira entre os decênios de 1750-1760, tomando a forma de opinião pública (BAKER, 1990, p. 24-25). A identificação dessa “nova instância de legitimidade política” com a imprensa periódica foi consolidada ao longo da Revolução de 1789 (MOREL, 2009, p. 157-158). A liberdade de imprensa decorrente da abolição dos privilégios e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão faz parte desse processo uma vez que correspondeu à dramática expansão da imprensa periódica e de publicações efêmeras (HESSE, 1996, p. 27), possibilitando o advento do jornalismo político revolucionário. Este foi expresso, sobretudo, através dos jornais-panfletos como o *L’Ami Du Roi*, o *Le Père Duchesne* de Hébert, o *L’Ami Du Peuple* de Marat, *La Gazette Nationale* ou *Le Moniteur Universel* de Panckouke, *o Révolution de Paris*, *Le Patriote* de François de Brissot, *Les Actes des Apôtres*, entre outros. O *L’Ami Du Peuple* de Jeal-Paul Marat e o *Père Duchesne* de Jacques Hébert foram os jornais mais lidos e mais radicais da Revolução (DARNTON, 1987, p. 261).

A Convocação dos Estados Gerais (1788) em Versailles para 1º de maio de 1789 havia sido o estopim para a proliferação dos clubes na França. Naquele ano de 1788, naquela cidade ocorrera a reunião dos deputados do Clube Bretão, cujo coordenador foi *Chapelier de Remmes*. Segundo Michel Vovelle (1999), eles [os clubes] agiam como as outras sociedades de pensamento (*sociétés des pensées*) ou as lojas maçônicas, os suportes no espaço francês de toda a sociabilidade das Luzes que se politizou sobre a pressão dos eventos (VOVELLE, 1999, p. 13). Não em vão, aquela reunião daria origem ao clube de maior êxito e influência da Revolução, o Clube dos Jacobinos, chamado também de Clube Republicano e, mais tarde, de Sociedade dos Amigos da Constituição. O Clube mudou para Paris com o retorno do rei Luís XVI à capital, em outubro de 1789. O regulamento promulgado por *Bernave* em 1790 sintetizava o seu objetivo: discutir as questões a ser debatidas na Assembleia Nacional (VOVELLE,

1999, p. 13). Tendo recebido esse nome por ter se instalado no refeitório do convento dos dominicanos (Saint-Jacques, daí *Jacobins*) na *Rue Saint-Honoré*, o clube chegou a ter mais de duas mil filiais espalhadas pelo país em 1790 (DARNTON, 1987, p. 243).

Jacques Solé (1989) afirma que o Clube dos Jacobinos trazia a herança das lojas maçônicas, das sociedades filantrópicas e mesmeritas e das câmaras literárias da época pré-revolucionária. Refletindo a crescente politização da França, os jacobinos adotaram um tom agressivo frente à aristocracia, tornando a sociedade estabelecida em Paris a matriz dos afiliados em todo o país. Eram esses clubes os maiores interessados pela difusão da imprensa revolucionária, o poderoso meio de propaganda para submeter toda a nação à influência da capital (SOLÉ, 1989, p. 108).

Das obras pré-revolucionárias de homens como Marrat, Brissot, Carrat, brotou o ímpeto jacobino de eliminar a aristocracia do pensamento, como indica Darnton (1987). Foram esses subliteratos iluministas, e outros como Robespierre, Mercier, Hébert, Desmoulins, Saint-Just, Danton, que ensejaram a sociabilidade revolucionária jacobina. Através de sua propaganda impressa nos libelos, esses panfletistas, na qualidade de apoiadores ou de membros do Clube Jacobino, “[...] introjetavam a crua versão jacobina do roussauísmo na *sans-culotterie* parisiense” (DARNTON, 1987, p. 31, 39, 47-49). Em contrapartida, esses antigos subliteratos, agora revolucionários, foram os leitores de seus predecessores do Alto Iluminismo (Condillac, Mably, Rousseau, Buffon, Montesquieu...) (DARNTON, 1996, p. 31, 39, 47-49). Eles se constituíram em porta-vozes da opinião pública durante a Revolução. Aí se encontra sua conexão com o espaço público.

O caso brasileiro

Nas décadas finais do século XIX no Brasil, os letrados “de fora” eram os representantes da chamada “Geração 1870”. Ela era composta por grupos sociais bastante heterogêneos, que incluíam intelectuais, políticos, jornalistas e literatos. Entre os principais representantes dessa elite de homens de letras destacaram-se Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Silva Jardim, entre outros.

Não por coincidência, Roque S. M. Barros a intitulou de *Ilustração brasileira* (BARROS, 1986). Esse período foi assim denominado em sua tese não pelo fato de termos tido, com um século de atraso, a nossa ‘ilustração’, nos mesmos moldes do

século XVIII. O autor sustenta que, sob a influência dos autores do Oitocentos, no Brasil criou-se um movimento que teria desempenhado um papel semelhante ao do Iluminismo europeu do décimo oitavo século, se diferenciando desse pela dimensão histórica. A Ilustração brasileira teria recebido como herança do Iluminismo “a crença absoluta no poder das ideias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral” (BARROS, 1986, p. 9). Assim, a essa herança vinha acrescida uma visão da história, específica do século XIX romântico, fundamental para a nossa visão de mundo.

No que se refere ao epíteto “geração de setenta”, Ângela Alonso (2000) assevera que o movimento da nova geração formada em finais do Império foi “[...] assim automeado numa referência à juventude de seus membros”. Foram os seus intérpretes posteriores que passaram a identificá-la como ‘movimento intelectual da geração 1870’ (ALONSO, 2000, p. 35). Conforme ressalta Adalmir Leonídeo, o uso desse epíteto, apesar da sua imprecisão, se difundiu entre os historiadores e críticos literários no Brasil. Ele faz alusão ao grupo de intelectuais lusitanos (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros) que aspiravam à introdução em Portugal das ideias modernas tais como o realismo, o positivismo, o republicanismo e o socialismo (LEONÍDEO, 2007, p. 196-213). Na verdade, como bem mostra Ângela Alonso, o caso brasileiro fazia parte de um todo mais amplo uma vez que “o movimento intelectual da geração 1870 foi um fenômeno internacional”, compartilhando um elitismo científico que teve expressão também no México, no Chile e na Argentina (ALONSO, 2002, p. 331).

No tocante ao conceito de “geração”, Jean François Sirinelli indica que apesar de suas ‘restrições’ e ‘obstáculos’, ele é um elemento incontestável para a análise histórica. Esse “[...] conceito contribui para reabilitar o acontecimento, na medida em que a investigação de um acontecimento inaugurador pode revelar traços que marcam indelevelmente a trajetória dos atores sociais [...]”. Isso possibilita uma maior nitidez daquilo que o autor denomina de ‘respirações do tempo’ (SIRINELLI, 2011, p. 78). Especificamente no caso do grupo de letrados brasileiros que emerge nos anos 70 do século XIX, não se trata bem de um evento inaugurador de curta duração, mas de uma situação histórica concreta, determinada por dois processos fundamentais: a modernização conservadora incompleta, levada a cabo pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875); e a crise do arcabouço político-institucional do Império brasileiro.

A cidade do Rio de Janeiro, que era o centro cosmopolita do país, permitindo seu contato com a produção material e espiritual da Europa e das Américas, tinha na Rua do Ouvidor o local dos seus homens de letras, a boemia literária da época. Frequentadores dos cafés, das confeitarias e dos bares, os letrados se viam favorecidos pela expansão da imprensa e pelo crescimento das camadas letradas da população, que constituíam os pilares do espaço público em expansão propiciado pelas reformas do gabinete Rio Branco. É nesse espaço que esses letrados iriam atuar na busca por interpretar a realidade do país em seu tempo, através da apropriação das correntes científicas do século XIX, o evolucionismo, o anticlericalismo, o ateísmo, o republicanismo (MELLO, 2007, p. 68, 93, 97-103), enfim, ideias essas que foram na Europa uma apropriação do Iluminismo do décimo oitavo século, porém repensadas ao longo do Oitocentos sob novas bases, marcadamente evolucionistas.

Os membros dessa “Geração” frequentemente desempenhavam a função de jornalistas dentro desse incipiente espaço público que se constituía na década de 1870, não só na Corte, como também em outras regiões do país. Fora do controle direto exercido pelo Estado, este espaço não-estamental e apartidário era representado, sobretudo, pela imprensa periódica e pelas diversas modalidades de formas associativas, que se expressavam através dos clubes, das confederações e das sociedades (ALONSO, 2002, p. 276-283).

Um fenômeno semelhante àquele que ocorrera na década revolucionária na França setecentista se verificou no país nas décadas finais do Império: vários jornais foram abertos na Corte e pelo país, muitos tiveram vida efêmera. A *Gazeta de Notícias* (1874), por exemplo, atraía os literatos e a literatura para suas folhas. Quintino Bocaiúva foi o redator-chefe de *O País*, fundado em 1884. A folha chegou a publicar os escritos de Joaquim Nabuco, Aristides Lobos, Silva Jardim. Em 1888, José do Patrocínio fundou *A Cidade do Rio*, onde pôde continuar sua campanha antiescravista. O *Diário de Notícias* (1885), dirigido por Rui Barbosa a partir de 1889, deflagrou ataques arrasadores às mazelas dos governos imperiais (MELLO, 2007, p. 74-76).

Muitos dos membros desse grupo de letrados pugnavam contra as instituições da monarquia e o seu fulcro econômico: a escravidão. Defendiam a abolição, o federalismo, a secularização e a expansão da instrução pública. A república era o ideário político de grande parte desses letrados, salvo alguns como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. Em suas produções, essa elite intelectual atacava a monarquia bragantina, entendida como mesquinha. Seus membros julgavam-se talentos desperdiçados. Assim

como os literatos do Baixo Iluminismo na França setecentista, eles aspiravam a viver das letras, algo impossível na época. Eles eram sensíveis à indiferença do trono para com o talento (MELLO, 2007, p. 63-67). De acordo com Ângela Alonso, esses letrados acabaram por construir uma crítica coletiva às instituições e aos modos de pensar cristalizados como tradição político-intelectual do II Reinado: o liberalismo estamental, o indianismo romântico e o catolicismo hierárquico (ALONSO, 2007, p. 170). Com isso, o movimento buscou deslegitimar simbólica e teoricamente o regime imperial, ao atacar os seus suportes, forjando com as novas ideias um solo republicano.

Os membros da chamada “Geração 1870” tomaram como estratégia falar diretamente à população urbana e letrada. Eles foram os porta-vozes daquilo que podemos chamar de opinião pública⁴ da época. Buscaram os meios legais para exprimir suas demandas frente à ordem edificada pelos políticos Saquaremas nos anos 1840, publicando obras de interpretação da conjuntura, redigindo panfletos e publicando manifestos. A nova imprensa e as associações foram o palco de expressão da opinião desses letrados fora da coerção do Estado (ALONSO, 2002, p. 246, 264, 276).

Esfera pública, opinião pública e sociabilidade: os conceitos-chave

Como já foi demonstrado, tanto a ação e a mobilização dos autores do Baixo Iluminismo na crise do Antigo Regime francês, em fins do século XVIII, quanto dos letrados dos anos 1870, no ocaso do regime monárquico brasileiro, podem ser verificadas nos respectivos contextos, sobretudo através da produção impressa, tendo em vista a sensibilização pública (as camadas letradas) a respeito da desestabilização dos regimes nos quais estavam inseridos, com a publicização de temas políticos antes restritos ao espaço parlamentar, bem como daqueles atinentes aos mistérios da religião

⁴ A difusão do conceito de opinião pública enquanto novo princípio de legitimidade, no conjunto do Atlântico luso-hispânico, se deu durante a grave crise gerada pelas invasões francesas. Dentro dessa ótica, a construção desse conceito em sua acepção moderna esteve relacionada aos espaços públicos de sociabilidade, surgidos em paralelo às Luzes. A vinda da Corte Real foi decisiva nesse processo ao permitir, mesmo que tardiamente, a introdução da imprensa na América Portuguesa, em 1808 (NEVES, 2009, p. 1012). Tanto na América Hispânica quanto no Brasil, a identificação dos homens de letras como os verdadeiros porta-vozes da opinião pública ocorria já desde a primeira metade do Oitocentos (GOLDMAN, 2009, p. 981 e 997). Contudo, no país, este sintagma só entrou para a semântica histórica a partir da oitava edição do dicionário de Moraes e Silva, do ano de 1890, isto é o que afirma Lúcia Neves (2009). No dicionário Moraes e Silva, o conceito é definido como “o que o povo pensa; o que se diz ou o que se julga em geral a respeito de uma questão social, política, econômica, patriótica ou de interesse nacional ou sobre os pontos de religião de honra ou de moralidade” (SILVA *apud* NEVES, 2009, p. 1012). Citando Gadamer, a autora salienta que mesmo a expressão não constando nos dicionários até 1890, isso não quer dizer que ela não integrasse anteriormente a ‘língua em sua sabedoria’.

oficial. Habermas caracteriza esse fenômeno, ocorrido tanto na sociedade francesa quanto na brasileira nos períodos mencionados, como processo de formação do *espaço público político*, sucessor do espaço público literário oriundo do Iluminismo do século XVIII.

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como **refuncionalização (Umfunktionierung)** da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataforma de discussão. [...] A dimensão polêmica, dentro da qual a esfera pública chega, durante o século XVIII, à eficácia política, já havia sido, durante os dois séculos precedentes, desenvolvida na controvérsia do Direito Público em torno do princípio da soberania absoluta (HABERMAS, 2003, p. 68-69, grifo meu).

Marcada pela crítica para além da mera publicação noticiosa, a imprensa de opinião enquanto instituição por excelência da esfera pública foi uma criação desse século. Segundo Habermas, é nesse espaço público político que emerge o debate racional entre os indivíduos sobre a comunidade política, ao nível mais abstrato e universal (HABERMAS *apud* SILVA, 2001, p. 121-123). Assim como o teórico da Escola de Frankfurt, Tocqueville anteriormente já destacava o papel da imprensa no processo formativo da opinião pública (TOCQUEVILLE, 2000, p. 138-146).

Como já foi constatado pelos estudos que tratam do Iluminismo e da “Geração 1870”, a mobilização da opinião pelos letrados que compuseram esses movimentos, em conformidade com a situação em que se encontravam inseridos nos respectivos contextos epocais de suas sociedades, teve papel profícuo para o descrédito das autoridades tradicionais (o clero e a monarquia), formando assim, em ambos os casos, ambientes politizados de contestação e de crítica ao *status quo* vigente. Aliás, Berrington Moore observa que a “[...] a tarefa cultural básica que se coloca para qualquer grupo oprimido é a de solapar ou de destruir a justificação do estrato dominante” (MOORE, 1987, p. 127).

Como já havia apontado durante a descrição de cada um dos casos, para além da imprensa periódica, os homens de letras do Iluminismo francês e da “Geração 70” brasileira estiveram envolvidos com outras instituições também representantes da esfera pública. Trata-se da sociabilidade intelectual de suas respectivas épocas e contextos nacionais. A paternidade da noção de sociabilidade foi dada a Maurice de Agullhon. Na verdade, ele foi o responsável por torná-la uma noção de uso corrente no vocabulário historiográfico (QUIRÓS, 2008, não paginado). No tocante à historiografia latino-americana, a “sociabilidade” só se apresentou como um atrativo para a história política a partir dos trabalhos de François-Xavier Guerra, que viu neste novo objeto uma possibilidade de renovar as problemáticas da repudiada “história batalha”. Em razão disso, foi somente com o clássico *Modernidad e independencias* que esta proposta alcançou de fato uma grande difusão entre os especialistas de história política latino-americana (QUIRÓS, 2008, não paginado).

Nessa obra clássica, Xavier Guerra, ao analisar a pedagogia política na imprensa revolucionária espanhola (1808-1810), aponta que foi na proliferação dos impressos, sobretudo da imprensa, e na expansão das formas de sociabilidade do século XVIII que nasceu a opinião pública moderna e o que se pode designar, com Habermas, de espaço público político. A República das Letras (espaço público literário) deu origem ao espaço público político através dos dois fenômenos apontados acima (GUERRA, 1993, p. 227-228).

Pilar de Quirós afirma que o termo sociabilidade nos obriga a retornar ao século XVIII, no qual houve uma expansão do campo semântico e conceitual. A autora aponta que a noção de sociabilidade surgiu da reflexão feita pelos teóricos do absolutismo sobre a natureza do homem. Ao longo do século XVIII, ela foi difundida pelo Iluminismo como “[...] peça da teoria do estado pré-social do homem/indivíduo” (QUIRÓS, 2008, não paginado). É precisamente no decorrer daquele século que se verifica o processo de politização das formas de sociabilidade intelectual, expressas sobretudo nos cafés, nos clubes, nas sociedades literárias e nas lojas maçônicas (CHARTIER, 1990, p. 42-43). No que diz respeito ao século XIX, uma releitura atenta das fontes desta centúria revela a importância que teve, a partir de então, esta noção para a linguagem política da época (QUIRÓS, 2008, não paginado).

Considerações finais

A temática abordada nesse artigo decorre de uma pesquisa mais ampla, que investiga a apropriação e a ressignificação do ideário francês iluminista e revolucionário pelas ideias e práticas políticas da chamada “Geração 1870” brasileira. Ela tem por objetivo entender como as ideias da filosofia Luzes e os princípios decorrentes de 1789 foram apropriados em solo brasileiro pelas práticas políticas de nossos letrados, entendidas no âmbito de suas produções intelectuais, no contexto de crise do Império. Como sustentei até aqui, é possível estabelecer relações comparativas concernentes à situação social e intelectual dos membros que compuseram ambos os movimentos, e ao uso político de suas ideias, mesmo em se tratando de contextos nacionais distantes no tempo e no espaço.

As considerações da fundamentação historiográfica da pesquisa foram amplamente destacadas nesse artigo. Com efeito, argumento que a relação da “Geração 1870” brasileira com o Iluminismo e com a experiência revolucionária francesa de fins do Setecentos não se limita a apenas ao universo das ideias, mas também alcança o mundo da prática. Os estudos recentes têm demonstrado que a forma das produções impressas da “Geração de 1870” brasileira guardava traços advindos da experiência revolucionária francesa, amparada na tradição nacional.

O estilo de seus opúsculos se inspirava em parte “[...] no tom jacobino e na retórica clássica do panfletismo político do Primeiro Reinado e da Regência” (ALONSO, 2000, p. 48). Inclusive, o movimento foi buscar suas estratégias de ação e de mobilização coletiva nas formas de ação políticas surgidas em meio aos movimentos de fins do século XVIII, e que forneceram aos movimentos sociais desde então os meios de manifestação pública de suas reivindicações. Dentro desse âmbito, o republicanismo francês está entre as formas contenciosas inspiradoras do movimento intelectual brasileiro (ALONSO, 2000, p. 50-51). Comícios, grandes manifestações populares, formação de clubes republicanos, todas essas formas de mobilização tiveram na República de 1792, na França, o seu primeiro grande exemplo na história. Elas caracterizaram a Primeira República Francesa (CARVALHO, 1998, p. 86).

Como ressaltei no início do artigo, foi em torno da questão acerca da contribuição da esfera (espaço) pública nas transformações sociais e políticas das sociedades que busquei desenvolver as reflexões presentes nesse artigo, tomando para

isso como exemplos o Iluminismo francês e a “Geração 1870” brasileira. Para ambos os casos, é possível afirmar que o relacionamento imbricado dos letrados com o espaço público e com a opinião pública teve como consequência a deslegitimação teórica e simbólica dos regimes monárquicos sob os quais viviam, em seus respectivos vieses absolutista e constitucionalista, favorecendo dessa forma o advento da forma republicana de governo.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf>.

_____. *Ideias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de; Silva, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a Sentinela do Serro e o sentido da republicanização (1830-1832). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 78, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a04.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BAKER, M. Keith. *Inventing the French Revolution*. Cambridge: University Press, 1990.

BARROS, Roque S. M. *A Ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Convívio, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schilensinger. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.

DARTON, Robert. *Boemia literária e revolução: submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, DF: Mapfre, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LEONÍDEO, Aldamir. O “republicanismo social” no Brasil na passagem do Império à República. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 11, n.1/n. 2, p.193-213, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV; Edur, 2007.

MOORE JR, Berrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. Trad. João Roberto Martins Filho. [S. I.]: Brasiliense, 1987.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Pereira das (org.). *Livros impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública: Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia; Centro de Estudos Estratégicos, 2001. 122p.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: A nova das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996.

QUIRÓS, Pilar Gonzáles Bernaldo de. La “sociabilidad” y la historia política. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, BAC – Biblioteca de Autores del Centro, 2008. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/24082>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 35, p. 117-138, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.ptpdfsppn35n35a05.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

SIRINELLI, Jean François. Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.135-137.

SOLÉ, Jacques. *Revolução Francesa em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

TOQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VOVELLE, Michel. *Les Jacobins: de Robespierre à Chevenement*. Paris: La Découverte, 1999.